

Deliberação (extracto)

Por despacho da vogal executiva do conselho de administração deste Hospital, ratificado pelo conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Alentejo, por sua deliberação de 17 de Agosto de 2006, foi a Estela Tirado Lopez ratificada a sua renovação no regime de contrato de trabalho a termo certo, pelo período de três meses, com início em 27 de Julho de 2006, nos termos do n.º 3 do artigo 18.º-A do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, visando o exercício das funções inerentes à categoria de enfermeira da carreira do pessoal de enfermagem. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Setembro de 2006. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Rosa Maria Paço Salgueira*. 3000216054

Deliberação (extracto)

Por despacho da vogal executiva do conselho de administração deste Hospital, ratificado pelo conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Alentejo, por sua deliberação de 17 de Agosto de 2006, foi a Ana Belén Rico Benítez ratificada a sua renovação no regime de contrato de trabalho a termo certo, pelo período de três meses, com início em 2 de Agosto de 2006, nos termos do n.º 3 do artigo 18.º-A do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, visando o exercício das funções inerentes à categoria de técnica de 2.ª classe de fisioterapia da carreira do pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Setembro de 2006. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Rosa Maria Paço Salgueira*. 3000216056

Deliberação (extracto)

Por despacho da vogal executiva do conselho de administração deste Hospital, ratificado pelo conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Alentejo, por sua deliberação de 17 de Agosto de 2006, foi a Susana Isabel Pedras Bandeiras Ramos ratificada a sua renovação no regime de contrato de trabalho a termo certo, pelo período de três meses, com início em 8 de Agosto de 2006, nos termos do n.º 3 do artigo 18.º-A do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, visando o exercício das funções inerentes à categoria de auxiliar de acção médica da carreira do pessoal auxiliar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Setembro de 2006. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Rosa Maria Paço Salgueira*. 3000216058

Deliberação (extracto)

Por despacho da vogal executiva do conselho de administração deste Hospital, ratificado pelo conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Alentejo, por sua deliberação de 17 de Agosto de 2006, foi a Maria da Conceição Trindade Alves Alegria ratificada a sua renovação no regime de contrato de trabalho a termo certo, pelo período de três meses, com início em 11 de Agosto de 2006, nos termos do n.º 3 do artigo 18.º-A do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, visando o exercício das funções inerentes à categoria de auxiliar de acção médica da carreira do pessoal auxiliar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Setembro de 2006. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Rosa Maria Paço Salgueira*. 3000216060

Deliberação (extracto)

Por despacho da vogal executiva do conselho de administração deste Hospital, ratificado pelo conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Alentejo, por sua deliberação de 17 de Agosto de 2006, foi a José Miguel da Costa Lopes ratificada a sua contratação no regime de contrato de trabalho a termo certo, pelo período de três meses, com início em 14 de Agosto de 2006, nos termos do n.º 3 do artigo 18.º-A do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, visando o exercício das funções inerentes à categoria de administrador de 3.ª classe. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Setembro de 2006. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Rosa Maria Paço Salgueira*. 3000216101

Deliberação (extracto)

Por despacho da vogal executiva do conselho de administração deste Hospital, ratificado pelo conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Alentejo, por sua deliberação de 17 de Agosto de 2006, foi a Cecília Costa Silva ratificada a sua contratação no regime de contrato de trabalho a termo certo, pelo período de três meses, com início em 13 de Agosto de 2006, nos termos do n.º 3 do artigo 18.º-A do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, visando o exercício das funções inerentes à categoria de técnico de 2.ª classe de análises clínicas e saúde pública da carreira do pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Setembro de 2006. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Rosa Maria Paço Salgueira*. 3000216102

TRIBUNAIS**1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ÁGUEDA****Anúncio**

Processo n.º 1221/05.5TBAGD-A.
Prestação de contas do administrador (CIRE).
Administradora da insolvência — Vera Ladeira.
Credor — LUSOTUFO — Indústrias Têxteis Irmãos Rolas, S. A., e outros(s).

O Dr. Luís Miranda, juiz de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente CENTRIVAL — Centro Comercial do Vale do Grou, com sede no Vale do Grou, Barrô, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

29 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Luís Miranda*. — A Oficial de Justiça, *Rosa Costa*. 3000216993

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ÁGUEDA**Anúncio**

Processo n.º 2304/06.OTBAGD.
Insolvência de pessoa colectiva (requerida).
Credora — Maria Paula Monteiro Pereira.
Insolvente — CERAMIGRÉS — Fábrica de Louças de Forno e Mesa, L.ª

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência acima identificados

No 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Águeda, no dia 14 de Setembro de 2006, às 12 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora CERAMIGRÉS — Fábrica de Louças de Forno e Mesa, L.ª, número de identificação fiscal 502064951; endereço: Covão, Apartado 157, 3754-909 Águeda, com sede na morada indicada.

É administrador da devedora Nuno Miguel Mónica da Silva, residente na Rua do Queimado, 25, Aradas, Aveiro, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para administradora da insolvência é nomeada a Dr.ª Paula Carvalho Ferreira, sócia da sociedade Paula Carvalho Ferreira, S. A. L., Unipessoal, L.ª, com o endereço na Rua de Júlio Maia, 3, 2.º, apartado 136, 3781-909 Anadia, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º e artigo 188.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido, por via postal registada, ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do crédito, a data de vencimento e o montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 15 de Novembro de 2006, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e de que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

29 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Luísa Bernardes*. — O Oficial de Justiça, *Arnaldo Moreira da Costa*.
3000217036

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DAS CALDAS DA RAINHA

Anúncio

Processo n.º 3350/05.6TBCLD.
Insolvência de pessoa colectiva (requerida).
Requerente — Patrícia Solange Martins Clemente e outro(s).
Insolvente — AUTOESTE — Companhia de Veículos do Oeste, S. A., e outro(s).

Convocatória de assembleia de credores

Nos autos de insolvência acima identificados em que são:
AUTOESTE — Companhia de Veículos do Oeste, S. A., número de identificação fiscal 500038775; endereço: Edifício Autoeste, apartado 31, 2504-909 Caldas da Rainha;

Carlos Henriques Matias Maia Pinto; endereço: Edifício 2003, Avenida de D. João III, entrada A, 3.º, esquerdo, 2400-163 Leiria.

Ficam notificados todos os interessados de que no processo supra-identificado foi designado o dia 30 de Outubro de 2006, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia [alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º do CIRE].

29 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Joana Tenreiro da Cruz*. — O Oficial de Justiça, *Paulo Jorge Gomes Ferreira*.
1000306452

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DAS CALDAS DA RAINHA

Anúncio

Processo n.º 1760/06.OTBCLD.
Insolvência de pessoa colectiva (apresentação).
Insolvente — P. M. F. — Paulo Miguel Faria, Soc. Const., L.ª
Credor — Fernando Fialho Botelho e outro(s).

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência acima identificados

No 3.º Juízo do Tribunal da Comarca das Caldas da Rainha, no dia 12 de Setembro de 2006, pelas 15 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor P. M. F. — Paulo Miguel Faria, Soc. Const., L.ª, número de identificação fiscal 504870866; endereço: Rua do Dr. Asdrúbal Calisto, 2-B, 2500-133 Caldas da Rainha, com sede na morada indicada.

É administrador do devedor Paulo Miguel Batista Martins Faria; endereço: Rua de Dinant, 3, 3.º, 2500-325 Caldas da Rainha, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado Jorge Fialho Faustino, com o endereço na Rua da Capela, 14, 2475-109 Benedita, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Ficam advertidos os credores da insolvente de que devem comunicar prontamente ao administrador da insolvência as garantias reais de que beneficiem.

Ficam advertidos os devedores da insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas directamente ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido, por via postal registada, ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante da sentença (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado de todos os documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do crédito, a data de vencimento e o montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juro moratórios aplicável.